

Distribuição restrita aos

Classificação:

Gabinetes e Secretário-Geral

Distribuição:

## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Secretaria-Geral

DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO, DOCUMENTAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS

DIVISÃO DE INFORMAÇÃO

Publicação O Quinto Periodicidade 2Dia 8.10.77 Pág.(s) 1 Tendência política \_\_\_\_\_

## «PROCESSO DE ENTREGA DE RESERVAS TEM DE SER REVISTO» — M. L. PINTASILGO

O Primeiro-Ministro afirmou, no sábado, em Peniche, que todo o processo de entrega de reservas tem de ser revisto, para que a lei seja efectivamente cumprida.

Maria de Lourdes Pintasilgo, falando numa reunião informal durante a sua visita a Peniche, disse que, à data da tomada de posse do seu Gabinete, existiam no Ministério da Agricultura muitas dezenas de processos relativos a entregas de reservas, «que foram canceladas por este Governo, por não estarem na devida ordem, por não estarem conforme a Lei».

Depois de ter afirmado que «a Lei tem sido a mesma que a dos governos anteriores», mas que «a

forma como a Lei é executada tem de ser diferente», o Primeiro-Ministro revelou que «mais de 50 por cento das reservas que estavam para ser entregues foram sujeitas a um reexame total e estão, por isso, neste momento, suspensas para estudo no Ministério da Agricultura».

«Consideramos, ainda», acrescentou, «que todo o processo da Reforma Agrária, no que diz respeito à entrega de reservas, tal como a Lei o estipula, tem de ser revisto para que a Lei seja efectivamente cumprida».

Lourdes Pintasilgo, explicitando o seu ponto de vista, sublinhou que «o Governo tem obrigação, como consta de toda a Lei relativa

à Reforma Agrária, de respeitar a organização cooperativa dos trabalhadores rurais, sempre que essa organização se traduza numa efectiva protecção dos trabalhadores e numa rentabilidade das terras trabalhadas».

O Primeiro-Ministro declarou que o Governo tem obrigação de respeitar, também, «o direito de propriedade individual e isso, dentro do espírito da Lei de Reforma Agrária, tem de nos conduzir a apenas devolver as reservas àqueles proprietários que directamente vão trabalhar a terras».

«Isto é a letra da Lei» — salientou Lourdes Pintasilgo.

# Fundação Cuidar o Futuro

## Primeiro-Ministro esteve em Peniche onde contactou com a população local

Em resposta ao discurso de boas-vindas pronunciado pelo presidente da Câmara de Peniche, ao fim da manhã de sábado, a Primeiro-Ministro, eng.<sup>a</sup> Maria de Lourdes Pintasilgo agradeceu o calor humano e fraternidade manifestados pelo povo daquela vila piscatória. Ao visitar as obras do porto de pesca, a Primeiro-Ministro descobriu, ainda, a generosidade dos penichenses, quando uma trabalhadora da Sociedade Frigorífica de Peniche, Luzia do Rosário Simões Pereira, lhe ofereceu das sardinhas que levava num saco.

O presidente do município de Peniche enumerou os principais problemas, de «um imenso rol» de preocupações que afligem os habitantes, nomeadamente o da carência da habitação, o das infraestruturas de terra do porto de pesca, a construção do Centro de Saúde-Hospital, a edificação da Casa da Justiça («criada, agora, a Comarca de Peniche»), e o reforço do abastecimento de água a todo o concelho.

Maria de Lourdes Pintasilgo, na breve alocução que se seguiu, acentuou que não era por acaso que a equipa governamental se encontrava em Peniche, logo após as comemorações da República, mas devido ao facto de «a sua

gente» estar «profundamente ligada aos valores da República», designadamente a «igualdade perante a Lei», a fraternidade, a solidariedade entre todos, um desejo de progresso, de bem-estar e aquele «valor colectivo que possa restituir ao povo que somos o seu verdadeiro valor». afirmou que era com muita expectativa que abordava aquele dia de trabalho, no «mesmo contexto em que se inscrevem os contactos directos» realizados noutras zonas do País, mas que tais reuniões se destinavam, «não a fazerem promessas que não podemos solucionar — sublinhou — ou porque não nos cabe dentro do horizonte limitado desde V Governo, ou pelas limitações» das Finanças Públicas.

Apesar de tudo, garantiu que ia «tentar desbloquear a máquina que não funciona», pois a equipa que chefiava tem sentido «a perplexidade», ao encontrar «diversos sectores da vida pública paralisados». Ao mesmo tempo afirmou que iriam tomar «as decisões que sabemos poder ser um compromisso da nossa parte».

Antes do almoço na «Nau dos Corvos», a comitiva oficial ainda visitou as instalações provisórias do tribunal judicial, as casas de magistrados, o terreno destinado à implantação da futura Casa de Justiça e do Centro de Saúde-Hospital, e as obras do porto de pesca. A meio da tarde efectuou-se uma reunião informal no ginásio da Associação de Educação Física, Cultural e Recreativa Penichense, com representantes locais e aberta a toda a população, para auscultação e debate dos principais problemas concelhios.

### «CABAZES DE BARCO EM BARCO ATÉ AO CAIS»

O presidente da Comissão Administrativa da Câmara, de

75/76, Carlos Mota, candidato à Câmara pela APU, fez o ponto da situação das obras do porto de pesca. Quanto às três grandes obras em curso, verificou-se que se avançou na concretização das obras nauíman-cas e zonas de atracção — que estarão prontas no primeiro trimestre do próximo ano. Todavia não foi dada a devida atenção às infraestruturas de terra, nomeadamente os armazéns e lotas, demais edifícios de apoio e ainda os estaleiros e zonas de reparação, o que vai ocasionar que, «encontrando-se prontas as obras marítimas, estas não tenham o devido aproveitamento, por falta da sua sequência lógica, que é o aproveitamento da terra». Já com atraso de cerca de três anos, torna-se urgente a concretização dessas infraestruturas, de forma «a apoiar convenientemente toda a actividade económica da pesca e o labor dos que dela subsistem, altamente importantes para a própria recuperação económica do País».

Neste momento, o porto tem períodos de estrangulamento, encontrando-se, por vezes, à descarga, «quarenta e cinco navios, quando existe apenas um cais para dois, com grandes prejuízos económicos para toda a actividade piscatória, no porto que

é o primeiro da pesca costeira do País". Nessas circunstâncias, "os barcos são obrigados a descarregar com as lanchas na rampa, tendo os barcos à distância, ou então alinhar em filas de seis ou sete barcos atracados à muralha e passar os cabazes de barco em barco até ao cais".

Englobando os 200 mil contos necessários para as obras marítimas (estaleiros, lotas, armazéns), calcula-se em 600 mil contos o conjunto da obra, "o que é perfeitamente irrisório para a grandeza do porto de Peniche, comparado com outros do País, que foram beneficiados com importâncias bem maiores". Ficam depois por concluir a segunda e terceira fases do porto-doca grande e zona de recreio.

Carlos Mota, que é também o coordenador local do movimento cooperativo da pesca, revelou a "o diário", quanto à renovação da frota, que "apenas as cooperativas têm renovado a frota da sardinha, em termos locais e nacionais, sendo responsáveis, só por si, de dezassete das dezoito novas embarcações da sardinha, construídas após o 25 de Abril. A outra embarcação pertence igualmente a uma cooperativa da Figueira da Foz".

Aquele responsável da APU informou ainda que o movimento cooperativo das pescas abriu seiscentos novos postos de trabalho.

### "INTENSIFICAR A HABITAÇÃO SOCIAL"

Também para Carlos Mota, a habitação é o problema mais grave do concelho, "cuja não resolução firme e urgente manterá na maior promiscuidade e, na ausência de um mínimo de

condições de vida humana, muitas centenas de famílias, dispersas por tugúrios, inabitáveis". Peniche e, juntamente com a Nazaré, uma terra onde se notam os maiores índices de habitações degradadas (30 por cento), no distrito de Leiria". A única perspectiva "será intensificar a habitação social, bem como criar linhas de crédito especiais para as Câmaras, habilitando-as a intervir neste campo, e ajudando a resolver o problema.

### "INSTALAÇÕES DE SAÚDE CONDIGNAS E EFICAZES"

Há muito que o povo de Peniche luta por "instalações de Saúde condignas e eficazes". Neste momento dispõe apenas de serviços de Saúde "precariedade instalados, de uma forma dispersa, que não correspondem minimamente às necessidades e ao movimento existente no concelho. Daí que, continuando os esforços de gerações que os precederam, se tivesse financiado a partir da Comissão Administrativa da Câmara em 1976, uma movimentação tendente a ser aprovado um programa da nova instalação de Saúde de Peniche, que neste momento se encontra aprovado e com projecto concluído, aguardando apenas a devida colocação em concurso. A população de Peniche espera que isso não venha uma vez mais a ser protelado, o que seria um desastre e um escândalo, que ela não poderia passivamente aceitar. Até porque juízo - acentua Carlos Mota - seria uma injustiça intolerável".

O actual hospital, "além de se encontrar saturado, particularmente a nível de urgência, encontra-se em precário estado de conservação, ameaçando mesmo ruína e perigo de incêndio, conforme se encontra registado nas próprias vistorias efectuadas pelos Serviços Centrais de Saúde".

O nosso jornal auscultou ainda as preocupações dos pescadores e dos pequenos agricultores, sendo todos unânimes em reconhecer como indispensável "um apoio constante do Governo" para os livrar das



O Primeiro-Ministro informa-se localmente da amplitude e andamento das obras do porto da pesca de Peniche

garras dos "Tubarões" do cais e da terra, o bloco dos que nada produzem e tudo encarecem.

### RESCA MERECE APOIO DO GOVERNO

O pescador da Cooperativa "Libertação" José António Amador, candidato da APU às próximas eleições para a AR, relatou a "o diário" as dificuldades com que se debate a pesca artesanal: "Os custos de exploração são elevados e suportados pelos pescadores. Com o aumento dos combustíveis e iscas, esses encargos são desorbitados pelo monte maior, que é o conjunto de receitas da pescaria". No respeitante às cooperativas, que se elevam a vinte e seis, "a situação existente é agravada pelas dificuldades de financiamento e juro exagerado na ordem dos 22 por cento".

Para vencer estes obstáculos, "era necessário um apoio constante do Governo à pesca, com bonificação do gasóleo e dos juros, melhorar o sistema de comercialização e uma política para o sector das lotas". Outra questão que aflige as cooperativas está ligada aos empréstimos do Estado. "Se um barco levar dois anos

a fazer, os juros começam logo a vencer a partir do momento da encomenda, em vez de ser na altura em que um barco vai para a água".

Apesar de tudo, desde que em 75 surgiu a cooperativa da pesca longínqua, "Unidade", são já uma realidade mais vinte e cinco, entre os quais figuram "Rumo ao Socialismo", "Fruto da Liberdade", "Portugal Livre", "Luta dos Pescadores", "Rumo ao Futuro", "Rumo a Paz", "Galvora Branca", "Audaciosa", e "Rumo à Pesca", que na última sexta-feira lançou à água um barco assim designado.

O candidato à Assembleia Municipal, Belmiro Alves, presidente do Sindicato dos Pescadores do Distrito de Leiria, focou a questão da rede de frio na nacional, que o Governo tem de resolver. O entreposto frigorífico local "não está ao serviço da pesca, mas sim das indústrias. E continua-se a deixar de apanhar o peixe, para se manter um preço razoável, ou a atirar-se ao mar, porque muitas vezes não há quem o compre". Segundo Belmiro Alves, "a prova de que o sector cooperativo é o grande motor, neste momento, da pesca em Peniche, verifica-se que hoje (sabado) foram os seus barcos os que mais sardinha trouxeram, apesar de terem partido as redes de alguns".